

ÍNDICE

Prefácio da 4. ^a Edição	5
------------------------------------	---

PARTE II O PODER ADMINISTRATIVO E OS DIREITOS DOS PARTICULARES

CAPÍTULO I CONCEITOS FUNDAMENTAIS

§ 1.^o

O Poder administrativo

1. A separação dos poderes	9
2. O poder administrativo: caracterização	16
3. Manifestações do poder administrativo	18
4. Corolários do poder administrativo	26

§ 2.^o

Princípios constitucionais sobre o Poder administrativo

5. Enumeração	29
6. O princípio da prossecução do interesse público	33
7. O princípio da boa administração	35
8. O princípio da legalidade	38

9. <i>Idem</i> : evolução histórica	41
10. <i>Idem</i> : conteúdo, objeto e modalidades	45
11. <i>Idem</i> : exceções ao princípio da legalidade	48
12. <i>Idem</i> : natureza e âmbito do princípio da legalidade	50
13. O princípio do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares	55
14. <i>Idem</i> : a distinção entre direito subjetivo e interesse legalmente protegido	59
15. <i>Idem</i> : alcance da distinção	64
16. O poder discricionário da Administração: preliminares	65
17. <i>Idem</i> : natureza	69
18. <i>Idem</i> : fundamento e significado	75
19. <i>Idem</i> : evolução histórica	78
20. <i>Idem</i> : âmbito e natureza da discricionariedade	81
21. <i>Idem</i> : limites	84
22. <i>Idem</i> : controlo do seu exercício	87
23. <i>Idem</i> : figuras afins: a) Interpretação de conceitos indeterminados	93
24. <i>Idem, idem</i> : b) Remissão da lei para regras extrajurídicas	101
25. O princípio da justiça: generalidades	102
26. <i>Idem</i> : o princípio da igualdade	108
27. <i>Idem</i> : o princípio da proporcionalidade	112
28. <i>Idem</i> : o princípio da boa fé	117
29. <i>Idem</i> : o princípio da justiça em sentido estrito	121
30. O princípio da imparcialidade	122
30-A. Outros princípios	129
30-B. <i>Idem</i> : os princípios aplicáveis à administração eletrónica	129
30-C. <i>Idem</i> : o princípio da cooperação leal com a União Europeia	130
30-D. <i>Idem</i> : o princípio da responsabilidade	131

§ 3.º

A relação jurídica administrativa

31-A. A adoção do conceito de relação jurídica pela Ciência do Direito Administrativo	133
31-B. Espécies	135
31-C. Reelaboração do conceito de relação jurídica administrativa	138

31-D. Função do conceito de relação jurídica administrativa na construção da teoria geral do Direito Administrativo	138
---	-----

CAPÍTULO II
O EXERCÍCIO DO PODER ADMINISTRATIVO

§ 1.º

Introdução

32. Modos de exercício do poder administrativo	143
--	-----

§ 2.º

O regulamento administrativo

33. Noção	147
34. Espécies	153
34-A. Os regulamentos internos	157
35. Distinção entre regulamento e lei	160
36. Distinção entre regulamento e ato administrativo	163
37. Fundamento do poder regulamentar	166
38. Limites do poder regulamentar	169
39. Competência e forma	177
40. Processo de elaboração dos regulamentos	181
41. Publicação	184
42. Vigência dos regulamentos: início	185
43. <i>Idem</i> : modificação e suspensão	185
44. <i>Idem</i> : inderrogabilidade singular	186
45. <i>Idem</i> : termo	188

§ 3.º

O ato administrativo

I

Conceito, natureza e estrutura

46. Origem e evolução do conceito de ato administrativo	193
47. Concepções doutrinárias acerca do conceito de ato administrativo	197

48. Definição de ato administrativo	199
49. Análise da definição: a) Ato jurídico	200
50. <i>Idem</i> : b) Ato unilateral	201
51. <i>Idem</i> : c) Exercício do poder administrativo	203
52. <i>Idem</i> : d) Ato praticado por um órgão administrativo	204
53. <i>Idem</i> : e) Ato decisório	206
54. <i>Idem</i> : f) Ato produtor de efeitos jurídicos numa situação individual e concreta	209
55. <i>Idem, idem</i> : os chamados atos coletivos, plurais e gerais	212
55-A. A eficácia externa do ato administrativo	215
56. Importância do ato administrativo no estudo do Direito Administrativo	216
57. Natureza jurídica do ato administrativo	218
58. <i>Idem</i> : o papel da vontade no ato administrativo	221
59. Estrutura do ato administrativo	222
60. <i>Idem</i> : elementos, requisitos e pressupostos	228
61. Menções obrigatórias no ato administrativo	229

II

Espécies

62. Tipologia dos atos administrativos	233
63. Atos primários: a) Atos impositivos	234
63-A. Dos atos punitivos, em especial	235
64. Atos primários: b) Atos permissivos	238
65. <i>Idem, idem</i> : as pré-decisões	243
66. Atos secundários	245
67. Atos instrumentais	249
68. <i>Idem</i> : dos pareceres em especial	253
69. Classificações dos atos administrativos	255
70. <i>Idem</i> : a) Quanto ao autor: decisões e deliberações	255
71. <i>Idem, idem</i> : atos simples e complexos	256
72. <i>Idem</i> : b) Quanto aos destinatários: atos singulares, coletivos, plurais e gerais	257
72-A. <i>Idem</i> : c) Quanto ao conteúdo: atos administrativos com conteúdo de Direito Administrativo, de Direito Privado, ou duplo	258

73. <i>Idem</i> : d) Quanto aos efeitos: atos de execução instantânea e atos de execução continuada	259
74. <i>Idem, idem</i> : atos positivos e negativos	260
75. <i>Idem</i> : e) Quanto à localização do ato no procedimento e na hierarquia administrativos: atos definitivos e não definitivos	262
76. <i>Idem</i> : f) Quanto à suscetibilidade de execução administrativa: atos executórios e não executórios	265
77. <i>Idem</i> : articulação entre as duas classificações anteriores	267

III

Procedimento administrativo

78. Noção	269
79. Objetivos da regulamentação do procedimento administrativo	272
80. A codificação das normas do procedimento administrativo	274
81. Natureza jurídica do procedimento administrativo	276
82. Princípios fundamentais do procedimento administrativo	278
83. Espécies de procedimentos administrativos	290
84. O procedimento decisório de 1.º grau	292
85. A decisão tácita do procedimento	305
86. Condições de produção do ato tácito	308
87. O procedimento decisório de 2.º grau: remissão	308
88. O procedimento executivo: remissão	308
89. A atuação da Administração Pública sem pleno respeito pelas formas legais do procedimento: o estado de necessidade e a urgência	309

IV

Validade, eficácia e interpretação

90. Noções de validade e eficácia	315
91. (A) Requisitos de validade do ato administrativo	316
92. <i>Idem</i> : a) Requisitos quanto aos sujeitos	317
93. <i>Idem</i> : b) Requisitos de validade quanto à forma e às formalidades	318
94. <i>Idem, idem</i> : uma formalidade essencial, a obrigação de fundamentar o ato	320
95. <i>Idem, idem</i> : a forma do ato	326

96. <i>Idem: c)</i> Requisitos de validade quanto ao conteúdo e ao objeto	327
97. <i>Idem: d)</i> Requisitos de validade quanto ao fim	330
98. (B) Requisitos de eficácia do ato administrativo	331
99. (C) Validade e eficácia combinadas: a noção de «caso decidido» ou «caso resolvido»	337
100. Interpretação e integração do ato administrativo	339

V

Invalidade

101. Generalidades	343
102. A) A ilegalidade do ato administrativo	344
103. <i>Idem:</i> os vícios do ato administrativo	344
104. <i>Idem:</i> a usurpação de poder	347
105. <i>Idem:</i> a incompetência	349
106. <i>Idem:</i> o vício de forma	350
107. <i>Idem:</i> a violação de lei	351
108. <i>Idem:</i> o desvio de poder	354
109. <i>Idem:</i> cumulação de vícios	355
110. B) Outras fontes de invalidade	357
111. <i>Idem:</i> a ilicitude do ato administrativo	357
112. <i>Idem:</i> os vícios da vontade no ato administrativo	358
113. <i>Idem:</i> o problema da invalidade por vícios de mérito	361
114. C) As formas de invalidade: nulidade e anulabilidade	362
115. <i>Idem:</i> a nulidade	362
116. <i>Idem:</i> a anulabilidade	364
117. <i>Idem:</i> âmbito de aplicação da nulidade e da anulabilidade	366
118. <i>Idem, idem:</i> os casos de nulidade	367
119. Nulidade e inexistência do ato administrativo	369
120. <i>Idem:</i> referência à irregularidade	371
121. <i>Idem:</i> cumulação de formas de invalidade	373
122. D) Correspondência entre vícios e formas de invalidade	374
123. E) A sanação de atos administrativos ilegais	375

VI

Extinção e modificação. Revogação e anulação administrativa

124. Generalidades	379
--------------------	-----

125. A revogação, incluindo a revogação sancionatória, e a anulação administrativa	381
126. Figuras afins	386
127. Espécies	389
128. A regra da modificabilidade dos atos administrativos	389
129. Atos insuscetíveis de revogação ou anulação administrativa	390
130. Os condicionalismos aplicáveis à revogação	391
131. Os efeitos jurídicos da revogação	399
132. Os condicionalismos aplicáveis à anulação administrativa	400
133. Os efeitos da anulação administrativa	403
134. Competência para a revogação e para a anulação administrativa	404
135. Forma e formalidades da revogação e da anulação administrativa	408
136. Da obrigatoriedade de anulação administrativa de atos ilegais	410
137. Natureza jurídica da revogação e da anulação administrativa. O efeito repristinatório	414

VII

Suspensão, retificação e sanção

138. A suspensão do ato administrativo	419
139. Retificação do ato administrativo	420
140. Ratificação, reforma e conversão do ato administrativo	422

VIII

Execução

141. Generalidades	425
142. Princípios gerais da execução	429
143. Regime da execução	431
144. Fins e formas da execução	436
145. <i>Idem</i> : a) Execução para pagamento de quantia certa	437
146. <i>Idem</i> : b) Execução para entrega de coisa certa	438
147. <i>Idem</i> : c) Execução para prestação de facto ou designada à obtenção do respeito por ações ou omissões impostas por atos administrativos	438

§ 4.º

O contrato administrativo

I

Conceito e classificações

148. Preliminares	443
149. Origem histórica e razão de ser do contrato administrativo	450
150. Admissibilidade da figura do contrato no direito público	453
151. Âmbito da figura do contrato administrativo	456
152. Cont.: o conceito legal de contrato administrativo	457
153. Cont.: a utilização do contrato administrativo	462
154. Classificações dos contratos administrativos	464

II

Alguns tipos legais de contratos administrativos

155. Contratos administrativos típicos	469
156. Empreitada de obras públicas	470
157. Concessão de obras públicas	471
158. Concessão de serviços públicos	473
159. Locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços	474
160. Concessão de exploração do domínio público	475
161. Concessão de uso privativo do domínio público	477
162. Concessão de exploração de jogos de fortuna ou azar	478

III

A formação do contrato administrativo

163. Preliminares	481
164. Princípios gerais	485
165. Regime procedimental: considerações gerais	488
166. Cont.: tipos de procedimentos pré-contratuais	490
167. Cont.: fases e trâmites comuns aos diferentes tipos de procedimentos pré-contratuais	496

IV

Forma e interpretação do contrato administrativo

168. A forma do contrato administrativo	505
169. A interpretação e a integração do contrato administrativo	507

V

Invalidade do contrato administrativo

170. Preliminares	513
171. A invalidade derivada	514
172. A invalidade própria do contrato	515
173. O regime jurídico da invalidade contratual	517

VI

Execução do contrato administrativo

174. Preliminares	519
175. Natureza das declarações do contraente público	521
176. O poder de direção do modo de execução das prestações	522
177. O poder de fiscalização do modo de execução do contrato	524
178. O poder de modificação unilateral	525
179. O poder de aplicar sanções	536
179-A. O poder de ordenar a cessão da posição contratual do cocontratante para terceiro	537
180. Incumprimento do contrato: a) por parte do cocontratante privado	539
181. Cont.: b) por parte do contraente público	540
182. O caso imprevisto	541

VII

Extinção do contrato administrativo

183. Preliminares	547
184. O caso de força maior	548
185. A revogação	549
186. A resolução por iniciativa do cocontratante	549
187. A resolução por decisão do contraente público	551

§ 5.º

As operações materiais administrativas

188. Conceito	555
189. Espécies	557
190. Regime jurídico substantivo das operações materiais administrativas	558
191. Regime jurídico procedimental das operações materiais administrativas	560

CAPÍTULO III

A RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO

§ 1.º

Generalidades

192. Preliminares	563
193. Conceito	568
194. Soluções teoricamente possíveis	574
195. Evolução histórica	575
196. O sentido e alcance das previsões constitucionais	582
197. Síntese e apreciação global do direito vigente	588

§ 2.º

A responsabilidade por atos de gestão privada

198. A responsabilidade civil pré-contratual e contratual emergente de contratos sujeitos ao direito privado	595
199. A responsabilidade civil extracontratual por atos de gestão privada	598

§ 3.º

A responsabilidade extracontratual por atos de gestão pública

I

Responsabilidade subjetiva

200. A responsabilidade civil extracontratual por atos de gestão pública: *a)* responsabilidade por ação ou omissão ilícita e culposa praticada pelos titulares de órgãos da Administração, seus funcionários, agentes ou representantes 601
201. Cont.: *b)* responsabilidade no âmbito do procedimento de formação de certos contratos administrativos 610

II

Responsabilidade objetiva

202. Cont.: *a)* responsabilidade por funcionamento anormal do serviço 615
203. Cont.: *b)* responsabilidade pelo risco 618
204. Cont.: *c)* responsabilidade por ato lícito 619

PARTE III

AS GARANTIAS DOS PARTICULARES

(Resumo)

CAPÍTULO I

AS GARANTIAS EM GERAL

205. Preliminares 625
206. Conceito e espécies 625

CAPÍTULO II
GARANTIAS POLÍTICAS, ADMINISTRATIVAS
E CONTENCIOSAS

§ 1.º

Garantias políticas

207. As garantias políticas	627
-----------------------------	-----

§ 2.º

Garantias administrativas

208. Conceito	629
209. Espécies	631
210. A) As garantias petitórias	631
211. B) As garantias impugnatórias	636
212. a) A reclamação	637
213. b) O recurso hierárquico. Conceito	640
214. <i>Idem</i> : Espécies de recursos hierárquicos	641
215. <i>Idem</i> : Regime jurídico do recurso hierárquico	643
216. <i>Idem</i> : natureza jurídica do recurso hierárquico	646
217. c) Os recursos hierárquicos impróprios	650
218. d) O recurso tutelar	652
219. C) A queixa ao «Provedor de Justiça»	653

§ 3.º

Principais garantias contenciosas (remissão)

220. As garantias contenciosas. Conceito de contencioso administrativo	657
221. Espécies	658